



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

### RELATÓRIO

**Propositura: Projeto de lei nº 124 de 2025, protocolado nesta Casa de Leis em 07 de novembro de 2025.**

**Ementa: “Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial”.**

**Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal.**

O Projeto de Lei n. 124 de 2025, de autoria do Executivo municipal, dispõe sobre a autorização para transferência de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos para à manutenção das atividades e para o suporte aos pacientes que utilizam os serviços da instituição.

Presente projeto se enquadra na figura da obrigatoriedade de emitir parecer encontrado no inciso I art.35<sup>1</sup> do Regimento Interno.

Quanto as questões legais atinentes a esta comissão, não há ilegalidades evidentes à Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, nem tampouco as leis orçamentarias municipais

Em relação ao valor para cobrir as despesas da execução desse projeto, o art. 4º assegura que sua totalidade será em decorrência do repasse advindo de Emenda Parlamentar, na modalidade fundo a fundo, do Deputado Federal Luiz Carlos Motta - Processo 25000.185396/2025-43/Proposta 36000673832202500 (Conta Bancária nº 66240172, Ag. 4205-6 — Caixa Econômica Federal).

Lembrando que créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente orçadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). O crédito especial, especificamente, destina-se a despesas novas, para as quais não há dotação orçamentária específica na LOA.

<sup>1</sup> “Art. 35. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento se manifestar, quanto à legalidade e ao mérito, sobre todos os assuntos de caráter orçamentário, financeiro e patrimonial, especialmente sobre: I - as leis orçamentárias, suas alterações e créditos adicionais”. (Destacado)



#### CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Conforme a Lei nº 4.320/64 (Estatuto das Finanças Públicas), que rege as finanças públicas no Brasil, a abertura de créditos adicionais especiais deve ser autorizada por lei e, sempre que possível, indicada a origem dos recursos

Seguindo ao que preceitua o próprio art.35 do Regimento Interno, em relação ao mérito, não parece haver qualquer irregularidade aparente que enseje sua rejeição.

Assim, conclui-se, portanto, que a propositura está apta a ser submetida ao Plenário para deliberação sob o viés político. É o relatório apresentado e como vota esse Relator.

Dois Córregos, 17 de novembro de 2025.

Vinícius de Oliveira Gonçalves  
**Relator**

ASSINADO POR Vinícius de Oliveira Gonçalves - 298.J-7MG6-W0S3-4W0T



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

### Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Dois Córregos. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://doiscoregos.siscam.com.br//documentos/autenticar?chave=298J7MG6W0S34W0T>, ou vá até o site <https://doiscoregos.siscam.com.br//documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 298J-7MG6-W0S3-4W0T**



**Vinícius de Oliveira Gonçalves**

Vereador - 1º Secretário

Assinado em 17/11/2025, às 10:34:49

ASSINADO POR Vinícius de Oliveira Gonçalves - 298J-7MG6-W0S3-4W0T